



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Unidade Industrial para a Produção de Aminoácido Lisina”, de responsabilidade de CJ do Brasil Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda., realizada no dia 31 de outubro de 2005, na cidade de Piracicaba.

Realizou-se, no dia 31 de outubro de 2005, às 17h00, no Anfiteatro da Prefeitura Municipal de Piracicaba, Rua Antônio Correa Barbosa, 2233, Piracicaba-SP, a Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Unidade Industrial para a Produção de Aminoácido Lisina”, de responsabilidade de CJ do Brasil Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.. Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do Consema, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Prof. José Goldemberg, saudava e dava boas-vindas a todos os que haviam comparecido, aos representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário - o Prefeito de Piracicaba, Barjas Negri, o Secretário de Obras do Município de Piracicaba, Roberto Coelho Prates, e o Procurador do Município de Piracicaba, Milton Sérgio Bissoli –, dos órgãos públicos e de entidades civis e ambientalistas, enfim, a todos que vieram participar dessa Audiência Pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Unidade Industrial para a Produção de Aminoácido Lisina”, de responsabilidade de CJ do Brasil Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. Declarou que tinha a missão de inicialmente compor a Mesa de Trabalhos, chamando para dela fazerem parte o representante da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN, Juliano Formigoni. Depois de explicar que a audiência pública constituía um dos momentos do processo de licenciamento ambiental cujo objetivo era ouvir a sociedade e recolher subsídios sobre o projeto específico que seria apresentado, contribuições essas que seriam juntadas ao processo para que os técnicos dos órgãos responsáveis pelo licenciamento as analisassem e verificassem a possibilidade de incorporá-las ao projeto, o Secretário-Executivo expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução de audiências públicas. Em seguida, passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da equipe técnica responsável pela elaboração do Plano de Trabalho. Jacinto Constâncio Júnior, representante da empresa Walm Engenharia e Tecnologia Ambiental, responsável pela elaboração do EIA/RIMA, esclareceu que a empresa CJ do Brasil fazia parte de um grupo sul-coreano que, embora estivesse no Brasil há apenas seis meses, há décadas atuava na Coreia do Sul e em outros Países como Estados Unidos e Austrália, e encontrava-se em processo de expansão nas atividades dos ramos alimentício, bio-farmacêutico, logístico e de entretenimento, e que, depois de analisadas várias alternativas locais, escolhera a porção oeste do Município de Piracicaba para implantar essa unidade onde pretendia produzir anualmente 57 mil e 700 toneladas desse aminoácido, que seriam destinadas ao mercado brasileiro e aos de outros Países da América do Sul; que o processamento desse produto se daria a partir da fermentação do açúcar bruto e os investimentos previstos seriam em torno de 202 milhões de reais, e seriam gerados 250 empregos diretos e criados 1 mil e 400 postos de trabalho quando da construção dessa unidade industrial, cuja localização - próxima da rodovia que interligava esse Município ao de São Pedro e distante 38 quilômetros da foz do Rio Piracicaba e à jusante da captação de água do Município - se deveu à vizinhança de grandes plantações de cana-de-açúcar, matéria-prima básica para a produção desse aminoácido, e também pela proximidade desse rio de onde seriam captados cerca de 108,44 l/s para uso no processo industrial; que essa unidade produziria também alguns subprodutos, como líquido fertilizante para irrigação agrícola, sulfato de amônia e a proteína prozím, os quais seriam encaminhados para as indústrias alimentícias com vistas à fabricação de ração para suínos e aves;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que outras matérias-primas utilizadas seriam amônia, ácidos sulfúrico, clorídrico e fosfórico e soda cáustica; que essa unidade contaria com estação de tratamento de efluentes, torre de resfriamento, tecnologia de redução do consumo de água, de separação da biomassa e reutilização dos subprodutos, o que contribuiria para a redução de Nox; que os resíduos sólidos provenientes desse processo seriam dispostos em aterros licenciados pelos órgãos ambientais, e que, a partir dos estudos feitos, havia sido caracterizado o empreendimento, elaborado o diagnóstico ambiental dos meios físico, biótico e antrópico, e feita a identificação dos potenciais impactos positivos e negativos e dos aspectos climáticos e caracterizada a qualidade do ar e das águas, o balanço hídrico, a hidrogeologia, a ictiofauna, a fauna, a flora, o meio sócio-econômico, as ocorrências arqueológicas e o uso e a ocupação do solo, e que, com vistas à compensação e à mitigação desses impactos, estava prevista a implementação de vinte e quatro medidas de controle e a adoção de quinze programas ambientais, inclusive destinação de recursos da ordem de 1 milhão e 11 mil reais a serem aplicados na Estação Ecológica de Bigatu e no Parque Santa Terezinha. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema. Paulo Figueiredo teceu os seguintes comentários: 1) que o empreendimento se instalaria na bacia hidrográfica do País que enfrentava os maiores problemas no que dizia respeito à qualidade de suas águas, e isso em decorrência da contaminação que sofria, por se localizar em uma região absolutamente adensada, tanto do ponto de vista populacional como industrial, pois dela faziam parte Municípios intensamente povoados e ambientalmente saturados como Campinas, Americana e Limeira, os quais também se destacavam pela presença de solos contaminados e pela ocorrência de intensa poluição decorrente das queimadas da cana-de-açúcar; 2) que o movimento ambientalista do Estado de São Paulo vinha conseguindo importantes vitórias com a imposição de restrições à ampliação do setor industrial em regiões com capacidade de suporte já reconhecidamente saturadas, como era o caso Cubatão e de Piracicaba, pois, nesses dois Municípios, para que o empreendedor obtivesse licença ambiental prévia com vistas à implantação de um novo empreendimento, deveria, obrigatoriamente, apresentar um planejamento rigoroso de seu projeto; 3) que, como qualquer cidadão, os ambientalistas não eram contrários aos setores produtivos, inclusive se beneficiavam com os produtos por ele gerados, mas não admitiam que se instalassem empreendimentos com potenciais impactos negativos em regiões que já se encontram criticamente ameaçados, e que, portanto, não possuíam sustentação ambiental para suportar novos processos que envolviam riscos e degradações; 4) que, por esse motivo, o movimento ambientalista se opunha à instalação dessa unidade industrial no Município de Piracicaba, pois entendia que seu funcionamento não cabia nessa região, tanto em virtude de sua tipologia como de sua escassa disponibilidade de água, pois o uso previsto desse recurso, pelo empreendimento, era, inicialmente, de 86.600m³/dia, volume esse que, possivelmente, seria reduzido, posteriormente, para 9.370 m³/dia, e que seria utilizado, entre outros fins, para o sistema de reciclagem de resfriamento; 5) que acompanhava há mais de uma década os esforços governamentais no sentido de se ampliar a vazão do Rio Piracicaba, e que, em face de tais esforços, constituiria contra-senso implementar um projeto como esse, que requeria elevada demanda de água, e não oferecia contrapartidas efetivas, pois, além dos enormes impactos ao meio ambiente, ele geraria um pequeno número de empregos; 6) que, por outro lado, os estudos ambientais não vinham cumprindo a exigência legal de apresentar e analisar várias alternativas locais, problema este que, com frequência, vem ocorrendo no processo de licenciamento de empreendimentos, uma vez que os EIA/RIMAs apresentados à Secretaria do Meio Ambiente analisavam tão-somente a alternativa locacional proposta pelo empreendedor, e que o DAIA deveria ficar atento a esse aspecto e tentar sua



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

adequação antes de oferecer parecer técnico atestando a viabilidade ambiental do projeto; 7) que, para a produção prevista de 15.600 ton/ano de amônia, 18.000ton/ano de ácido sulfúrico, 22 mil ton/ano de ácido clorídrico, 542 ton/ano de ácido fosfórico, seriam gerados, entre outros produtos, 350 ton/ano de resíduos classe I, 10 ton/ano de borra de óleo e criado um tráfego diário em torno de 30 caminhões que circularão com cargas perigosas pelas rodovias estaduais, passando por pontes que atravessam, entre outros, o Rio Corumbataí, o que levava à necessidade de se ter presente formas de remediação e/ou de equacionamento de problemas decorrentes de eventuais acidente com esse tipo de cargas perigosas; 8) que esses questionamento seriam encaminhados ao DAIA para que esse órgão avalie impactos que, do ponto de vista do movimento ambientalista, colocam em risco, inclusive, a saúde pública. Depois de uma manifestação dramatizada, passou-se à etapa em que se manifestam os representantes da sociedade civil. Carlos Roberto Rodrigues, representante da Comissão Municipal de Ciência e Tecnologia do Município de Piracicaba, comentou que, ao se avaliar um empreendimento, a preocupação fundamental deveria ser com a sociedade e com os impactos que ela poderia sofrer; que, em relação ao processo de desenvolvimento econômico do Município, ele passava por um momento ímpar, uma vez que inúmeras cidades da região pleitearam receber esse empreendimento, que seria a base para seu desenvolvimento sustentável, na medida em que ele utilizaria tecnologias modernas de tratamento ambiental e, com certeza, atrairia novos projetos para a região, mas que, no entanto, tal possibilidade não impedia que se equacionassem os problemas ambientais e sociais que seu funcionamento vier a provocar; que era necessário que Piracicaba desse esse salto de qualidade, mas era preciso também que ele se orientasse por um planejamento que evitasse que ocorresse nesse Município o que acontecia com vários outros, ou seja, que os locais em que empreendimentos se instalavam se tornassem verdadeiras ilhas de prosperidade, enquanto seu entorno era ocupado pela população empobrecida; e que, em vista de tudo isso, se fazia necessário: 1) que a implementação desse projeto fosse monitorada por um grupo técnico formado por pessoas representativas de entidades de Piracicaba; 2) que as vagas de emprego oferecidas fossem ocupadas preferencialmente pelos piracicabanos. Ângelo Tadeu Ali, representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Piracicaba, declarou que os lojistas de Piracicaba apoiavam a implementação desse projeto, pois acreditavam na competência e no policiamento contínuo do movimento ambientalista, e que o fato de a captação de água a ser feita pelo empreendimento ocorrer à jusante da cidade e de o Município de Piracicaba localizar-se próximo da foz da Bacia Hidrográfica de Piracicaba, tal utilização não provocaria outros impactos além daqueles já existentes. Isidoro Camolesi Filho, representante da Fundação Cultural e Educacional Elvira Guarda Mascarim, comentou que não se tratava de aprovar ou não a vinda desse empreendimento para Piracicaba, pois isso lhe parecia um fato consumado, e que outras empresas poluidoras que se instalaram no passado nessa região passaram por processos de readequação e reduziram drasticamente suas emissões, como era o caso da Votorantim e da Belgo-Mineira, que, além de se adequarem à legislação ambiental, mantiveram empregados milhares de cidadãos piracicabanos, o que, com certeza, aconteceria também com a instalação dessa empresa, que, sem dúvida, beneficiaria a população local profissionalmente capacitada, pois geraria novos postos de trabalho, e que tal capacitação deveria ser oferecida através de programas de educação eficientes; que era preciso se lutar para que a legislação ambiental fosse rigorosamente cumprida, e que cabia ao Consema e aos órgãos de licenciamento ambiental a tarefa de decidir se essa empresa atendia ou não às exigências determinadas por essa legislação. Moacir Beltrami, representante da FIESP, declarou que, embora coubesse à FIESP o papel de defender as indústrias, tal defesa não era cega nem abstrata, pois as empresas, além de serem economicamente



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

viáveis, precisavam também ser socialmente justas e ambientalmente corretas, e que tais preocupações ficavam comprovadas na apresentação do EIA/RIMA da CJ do Brasil, e que parabenizava a Administração Municipal pelo enfoque que vinha dando ao desenvolvimento do Município, principalmente com sua preocupação de promover a ocupação do setor leste, que se encontrava abandonado, e com a construção do anel viário. Passou-se à etapa em que se manifestam as pessoas em nome próprio. José Inácio declarou que testemunhava o empenho da Agência Regional da Cetesb que funcionava no Município de Piracicaba em orientar as indústrias instaladas na região, entre as quais a Belgo-Mineira, a Papel Simão e a Votorantim, com o objetivo de que se adequassem à legislação ambiental vigente, sem necessitarem fechar suas portas e deixarem milhares de desempregados na região, e que acreditava no cumprimento da legislação, na competência dos técnicos responsáveis pela elaboração do EIA/RIMA e daqueles que, vinculados à Secretaria do Meio Ambiente, eram responsáveis pela análise desses estudos, e que, por esses motivos, não tinha por que ser contrário à implantação desse projeto, que vinha sendo elaborado em cumprimento à legislação existente, e que, por todos esses motivos, discordava das colocações feitas pelo professor Paulo Figueiredo, por serem contrárias à instalação dessa indústria, pois ele tinha seu emprego garantido, enquanto um grande número de jovens do Município ainda não haviam conseguido ingressar no mercado de trabalho. Egydio Mauro Filho reivindicou que, em decorrência da perda de água devido à captação que esse empreendimento faria, e que se tratava de mais uma indústria, o Distrito de Ártemis fosse contemplado com alguma forma de compensação ou mitigação desse impacto. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Executivo. Luciano Santos Tavares de Almeida, Secretário da Indústria e do Comércio do Município de Piracicaba, comentou que visitou duas unidades dessa empresa, uma localizada em Seul, na Coréia, e outra em Lia Cheng, na China, ambas situadas em distritos industriais que ficavam no entorno dos Municípios, sem causarem qualquer impacto à vizinhança, no que diz respeito à emissão de cheiro ou ruído, e acreditava que a unidade que seria instalada em Piracicaba teria o mesmo desempenho, porque igualmente utilizaria tecnologia de ponta. Vlamir Schiavuzzo, Secretário Municipal da Defesa do Meio Ambiente, comentou que vinha acompanhando o processo de licenciamento desse empreendimento desde o início, o qual, como já ficara demonstrado, dispensava cuidados especiais à captação e ao tratamento da água, o que fazia com que a água ao ser devolvida ao rio tivesse qualidade superior àquela que possuía ao ser dele retirada, e que esse empreendimento dispensaria cuidados também com a qualidade do ar, e a adoção desses cuidados fazia com que os impactos negativos que ele causaria ao meio ambiente fossem superados pelos impactos positivos, o que se devia também à implantação de medidas de controle ambiental, inclusive aquela preconizada pela legislação do SNUC e sobre a qual havia referências no EIA. José Pedro Leite da Silva, Secretário de Turismo do Município de Piracicaba, comentou que sua manifestação tinha como principal propósito reiterar a importância da revitalização do poço de água sulfurosa existente no Distrito de Ártemis, pois se tratava de um investimento importante para o desenvolvimento das atividades de turismo no Município, e também reivindicar que os recursos preconizados pela legislação ambiental fossem aplicados não só na Estação Ecológica de Bigatu e no Parque Santa Terezinha como também nesse distrito; que o índice de conservação do Município de Piracicaba era superior ao dos Municípios de Paulínia, Americana e Sumaré, e que, no entanto, sua renda *per capita* era inferior trinta vezes à do Município de Paulínia, embora sua população, como a desse último Município, igualmente reivindicasse infra-estrutura de saúde e de saneamento e geração de emprego, pois só assim efetivamente melhoraria sua qualidade de vida; que, sem dúvida, a Bacia Hidrográfica do Rio



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Piracicaba possuía passivos ambientais, cuja mitigação não vinha sendo feita pelos outros Municípios que dela se utilizavam, embora sua renda *per capita* fosse superior, e muito, à do Município de Piracicaba; que considerava oportuno que a população refletir e se questionar sobre a cidade que pretendia para si, se seria uma cidade ideal, sem passivos ambientais e sociais, ou uma cidade real, que enfrentava esses passivos e que, ao mesmo tempo, desejava crescer e promover as compensações que se fizessem necessária; que, em relação a esse projeto, concordava que ele deveria ser aperfeiçoado, melhorado, mas não rejeitado. João Chaddad, Secretário de Planejamento do Município de Piracicaba, comentou que estava sendo encaminhado para a Câmara Municipal o Plano Diretor de Desenvolvimento do Município, e que, nesse momento, o que via como muito importante era que o Município criasse as condições para contar com um sistema de transporte intermodal, ou seja, que contasse com transporte rodoviário, ferroviário, hidroviário e aeroviário, com um ponto inter-modal de cargas, cuja localização deveria ser na direção da Unimep, e que parabenizava à empresa e à Prefeitura por esse projeto. Barjas Negri, Prefeito do Município de Piracicaba, depois de agradecer a presença de todos aqueles que compareceram a essa audiência para participar desse debate, comentou que visitara as unidades pertencentes a esse grupo que se encontravam instaladas na China e na Coreia, onde pôde constatar todos os cuidados dispensados ao meio ambiente; que havia batalhado muito para que essa empresa se implantasse no Município de Piracicaba, embora, sem dúvida, tivesse preocupação com a questão ambiental, precisamente com relação ao Rio Piracicaba, sobre o qual promoveu debates e escreveu vários artigos; que, por outro lado, verificava que nos últimos vinte ou trinta anos teve lugar uma significativa melhoria da legislação ambiental, o que fez com que as empresas ampliassem seus investimentos nessa área, reduzindo-se a poluição, como bem comprovavam os dados apresentados pelos órgãos ambientais; que outra preocupação sua dizia respeito à intensificação no trânsito nas estradas que seria causado com o funcionamento desse empreendimento, embora ele jamais se compararia com aquele existente na Rodovia Anhangüera, embora se devesse ficar alerta com a ocorrência de acidentes, o que, infelizmente, era inevitável; que, em relação à Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba, ultimamente o Estado comprometeu-se a aumentar a vazão de sua água, o que possibilitará que Piracicaba venha a ser por ela abastecida; que também foi elaborado o Plano Diretor, que contemplava melhorias no Distrito Industrial, cuja água de que se utilizará será de baixa qualidade; que, diferentemente do que pensava o Professor Paulo Figueiredo, achava significativa a criação de duzentos empregos por esse empreendimento, pois, sem dúvida, ele ajudará na composição da renda familiar, e que também era importante o aumento da arrecadação; que um aspecto muito importante era a transparência havida no processo de licenciamento desse empreendimento, cujos responsáveis viram no Brasil, e no Município de Piracicaba, uma oportunidade de investimento, pois essa unidade será a primeira a ser instalada na América Latina, e tinha como mira não só o mercado latino-americano como também o mercado europeu; e que, sem dúvida, se houver ainda alguma falha no projeto, ele deverá ser melhorado o mais rapidamente possível para que se possa cumprir o cronograma e esse empreendimento comece a ser construído no mês de dezembro. Passou-se à etapa das réplicas. Jacinto Constâncio Júnior, representante da Walm Engenharia, empresa responsável pelos estudos ambientais, comentou: 1) que essa empresa utilizará no pico a outorga concedida pelo DAAE, que era 108 l/s; 2) que esse empreendimento, como já foi dito, se localizará praticamente na foz do Rio Piracicaba; 3) que a qualidade da água a ser lançada pelo empreendimento estará numa condição superior àquela que possuía ao ser captada; 4) que o estudo do meio físico contemplou campanhas de sondagem, amostragem de água e de solo e intenso trabalho de coleta de dados primários, e que tudo isso foi



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

feito antes de se decidir por essa alternativa locacional; 5) que seriam elaborados, numa etapa posterior, estudos específicos sobre as cargas perigosas, como planos de ação de emergência e de gerenciamento de riscos; 6) que o quadro industrial de Piracicaba era completamente diferente do de Paulínia, onde havia uma concentração do setor petroquímico e industrial decorrente desse segmento; 7) que não haviam sido feitas entrevistas no Distrito de Ártemis, uma vez que a era o Bairro Itaperu a área a ser afetada, mas que não se descartava a possibilidade de se redirecionar algumas questões para esse distrito; 8) que, em relação à produção de cheiro e odor, havia a segurança de que a unidade de fermentação seria totalmente enclausurada. Paulo Figueiredo, representante do Coletivo das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema, comentou: 1) que reiterava sua percepção de que essa indústria não cabia na região de Piracicaba e também o ponto de vista levantado pelo Vereador José Pedro sobre as diferenças sócio-econômicas existentes entre os Municípios de Paulínia e de Piracicaba e sobre o fato de que os problemas ambientais de Paulínia não eram gerados nesse Município, e que, para os problemas ambientais, não eram válidos os limites dos Municípios, pois, por exemplo, os óxidos de nitrogênio gerados em Paulínia corriam a região, o que igualmente acontecia em relação ao uso da água e à contaminação dos rios; 2) que a inclusão de novas indústrias no Município não tinham como base um planejamento ou uma avaliação prévia que identificasse o tipo de indústria e o tipo de setor que cabia ser nela implantado; 3) que os recursos que seriam investidos nesse projeto poderiam gerar, no mínimo, trinta vezes mais empregos; 4) que reconhecia que Paulínia vivia uma situação mais dramática, e que não pretendia que Piracicaba se transformasse em uma Paulínia ou em uma Cubatão, mas para que isso não ocorresse se fazia necessário um planejamento; 4) que um debate sobre o planejamento precisava ser feito, o que já havia proposto ao Secretário de Indústria do Município, pois ele evitaria o acirramento de posições cujas consequências eram processos muito mais demorados e que se arrastavam durante anos; 5) que lhe parecia não terem sido ambientais os critérios utilizados para a localização do Distrito Industrial, pois não levou em conta a inexistência de áreas apropriadas para disposição de resíduos; 6) que se deveria levar em conta não aquilo que a Administração Municipal pretendia, mas, sim, o que a sociedade deseja; 7) e que uma das reivindicações do movimento ambientalistas era que as questões relacionadas com o Município de Piracicaba fossem tratadas com muito cuidado. Foram entregues durante a reunião: 1) documento intitulado “Análise e Parecer Técnico Parcial do Estudo de Impacto Ambiental-EIA, do Relatório de Impacto Ambiental-RIMA e de Procedimentos do Empreendedor Referentes à Proposta de Implantação da Unidade Industrial – CJ do Brasil Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda.”, encaminhado pelos Professores-Doutores Paulo Jorge Moraes Figueiredo e Lorival Fante Júnior, pelas Professoras Maria da Glória Silveira Mello e Kátia Del Monte e pela Dra. Eloah Belluca Margoni; 2) documento encaminhado por Gustavo Ferber, Produtor Rural e Ecologista. O Secretário-Executivo do Consema, Germano Seara Filho, informou que todas as etapas da audiência pública haviam sido cumpridas e que quem eventualmente ainda tivesse qualquer contribuição a oferecer e quisesse agregá-la ao processo teria o prazo de cinco (5) dias úteis para enviá-la à Secretaria Executiva do Consema, através de correspondência registrada ou protocolando-a diretamente nesse setor. Em seguida declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Professor José Goldemberg, agradecia a presença de todos e declarava encerrados os trabalhos. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora da Divisão de Documentação e Consulta da Secretaria Executiva do Consema, lavrei e assino a presente ata.